

RELATÓRIO DE MISSÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL À PORTO ALEGRE, NOS DIAS 5 e 6 DE SETEMBRO DE 2024

Dia 5/9, às 9h: reunião no gabinete do Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Fabrício Guazzelli Peruchin, para discutir os desafios da rede de instituições que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- Secretário Fabrício Peruchin
- Deputada Daiana Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados
- Marina Dermman, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Paula Simões Dutra de Oliveira, Defensora Pública do Estado
- Lisiane Costa dos Santos, Conselheira Estadual da Criança e do Adolescente (Cedica)
- Eloí Gallon, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
- Carlos David Carneiro Bichara, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
- Adla Micheline de Sousa Oliveira, Assessora Jurídica da CDHMIR
- Ana Paula Carvalho de Medeiros, procuradora da República - MPF
- Delegada Viviane Nery Viegas, Diretora do Departamento de Justiça – Polícia Civil
- Gabriela Machado, Diretora do Departamento de Políticas para a Criança, Adolescente e Juventude
- Juçara Vendrusculo, Chefe da Divisão de Atenção à a Criança e Adolescente

Foram denunciados perante parlamentares e perante a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) dois casos de extrema gravidade e repercussão nacional ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul.

No primeiro deles, ocorrido no dia 9 de agosto de 2024, o corpo da menina Kerollyn Souza Ferreira, de 9 anos, foi encontrado dentro de um contêiner de lixo na cidade de Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre. De acordo com notícias veiculadas pela imprensa, vizinhos de Kerollyn relataram que acionaram o Conselho Tutelar "mais de 20 vezes" devido à situação de vulnerabilidade extrema em que a criança vivia. Segundo denúncias, Kerollyn frequentemente pedia comida aos vizinhos e era vista cuidando de seus irmãos menores, mesmo sendo ainda uma criança. A mãe da menina, Carla Carolina Abreu Souza, está em prisão preventiva, sendo suspeita de maus-tratos, abandono de incapaz e tortura que teriam levado à morte da filha.

O segundo caso, ocorrido no mesmo dia, diz respeito ao assassinato da menina Anna Pilar Cabrera, de 7 anos, morta a facadas pela própria mãe, Kauana Nascimento, no município de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre. A suposta autora também já teve a prisão preventiva decretada pela justiça.



Documento assinado por:

16/10/2024 18:37 - Carlos David Carneiro Bichara

22/10/2024 11:28 - Adla Micheline de Sousa Oliveira

Selo digital de segurança: 2024-ECGD-YLRX-GMUH-YSTS

Entre os diversos temas e pontos de vista levantados durante a reunião, foi possível destacar como pontos de atenção: a integração e colaboração entre os órgãos e atores do sistema de garantia de direitos é fundamental, mas os desafios legais, políticos, materiais e operacionais nesse sentido ainda são grandes; os Conselhos Tutelares e outros órgãos enfrentam grandes dificuldades relacionadas à falta de compartilhamento de informações; o fluxo de dados entre segurança pública, serviços sociais, escolas e Conselhos Tutelares nem sempre é eficiente, o que compromete a eficácia no atendimento e acompanhamento de casos. Muitas vezes, informações cruciais sobre uma criança em situação de risco não são compartilhadas em tempo hábil, o que impede uma resposta coordenada e imediata. Nesse sentido, boas práticas seriam as medidas tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, reconhecendo a gravidade do problema, estabeleceu uma série de medidas para monitorar e proteger crianças e adolescentes em situações de risco; a própria formação/modelo atual de eleições e as condições materiais e de trabalho de conselheiros tutelares também foram apontadas como dificuldades para alimentação de sistemas de informações e notificação de casos de violência; foram discutidos ainda os limites atuais da organização da rede para prevenir casos como os que ensejaram a diligência, já que hoje a rede estaria mais voltada para o atendimento de casos de violência do que propriamente para suas prevenções. Ressaltou-se, por exemplo, a necessidade de um maior investimento e maior envolvimento das redes de assistência social, educação e saúde, sobretudo saúde mental, na prevenção da violência contra crianças e adolescentes. De modo incidente, foram discutidas ainda dificuldades burocráticas na gestão atual do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), que demanda atenção para possíveis modificações legais ou infra legais.

Dia 5/9, às 13h30: reunião no gabinete do Defensor Público Geral, Nilton Leonel Arnecke Maria, para discutir os desafios dos defensores públicos que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- Defensor Público Geral Nilton Leonel Arnecke Maria
- Deputada Daiana Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados
- Marina Dermman, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Paula Simões Dutra de Oliveira, Defensora Pública do Estado
- Rodolfo Lorea Malhão, Defensor Público do Estado
- Carlos David Carneiro Bichara, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
- Adla Micheline de Sousa Oliveira, Assessora Jurídica da CDHMIR

Entre os diversos temas e pontos de vista levantados durante a reunião, foi possível destacar como pontos de atenção:

Mais uma vez foi enfatizada a necessidade do fortalecimento do atendimento integrado, tendo as defensoras e defensores ressaltado aspectos institucionais e encaminhado também demandas locais a respeito do tema; foi solicitado apoio para a criação de um Centro Integrado de Atendimento às Famílias de Crianças e Adolescentes no centro de Porto Alegre, visando facilitar o acesso das famílias a diversos serviços de apoio, como assistência social, jurídica, psicológica e educacional. Durante a reunião, também surgiram questões incidentais, como o



Documento assinado por:

16/10/2024 18:37 - Carlos David Carneiro Bichara

22/10/2024 11:28 - Adla Micheline de Sousa Oliveira

Selo digital de segurança: 2024-ECGD-YLRX-GMUH-YSTS

problema das ações judiciais decorrentes da inadimplência de famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação às taxas condominiais, que exporiam um problema estrutural que precisa ser enfrentado de maneira urgente. Esta realidade afetaria diretamente famílias hipossuficientes que já se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, perpetuando um ciclo de instabilidade e exclusão. Outra questão incidente, que vem sendo fonte de preocupação dos Defensores Públicos refere-se aos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na Capital Gaúcha, que demandam um debate aprofundado a respeito da forma como a questão vem sendo encaminhada no âmbito do sistema de justiça. Segundo os defensores, vulnerabilidades de toda a ordem, como insegurança alimentar, pobreza e moradia precária vem sendo justificativa para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias – muitas vezes de forma emergencial pela rede de proteção sem as devidas informações aos pais biológicos da destinação dos filhos. Há tendência de encaminhamento para adoção mesmo antes de transitada em julgado a ação de destituição do poder familiar, em detrimento de seu retorno à família de origem, que muitas vezes se encontra impossibilitada de acessar o serviço socioassistencial da rede de proteção, utilizado muitas vezes como condição à retomada da guarda dos filhos, pela sua deficiência de atendimento. Tal temática foi pauta de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 11/10/2023 junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, por proposição da Deputada Laura Sito.

Dia 5/9, às 17h: reunião no gabinete do Procurador Geral de Justiça, Alexandre Saltz, para discutir sobre os desafios dos defensores públicos que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- Procurador Geral de Justiça, Alexandre Saltz
- Deputada Daiana Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados
- Marina Dermman, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Cristiane, Promotora de Justiça da Infancia/CAOCA
- Paula Simões Dutra de Oliveira, Defensora Pública do Estado
- Carlos David Carneiro Bichara, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
- Adla Micheline de Sousa Oliveira, Assessora Jurídica da CDHMIR
- Ana Paula Carvalho de Medeiros, procuradora da República – MPF
- Ana Carolina, subprocuradora para assuntos jurídicos
- Delegado Mário Ikeda, representante da Secretaria de Segurança Pública

Entre os diversos temas e pontos de vista levantados durante a reunião, foi possível destacar com atenção: no que diz respeito aos inquéritos policiais instaurados para apurar os casos que ensejaram as diligências, sem comprometer o sigilo das investigações ou adentrar em seus méritos; do ponto de vista da rede, objeto principal das discussões, conforme o escopo da diligência, foi discutido também o papel das escolas de acionar os órgãos de proteção, nos termos do Art. 245, além de outros dispositivos, do Estatuto da Criança e do Adolescente; a insuficiência de profissionais na rede para dar conta do número de denúncias e violações existentes; a



Documento assinado por:

16/10/2024 18:37 - Carlos David Carneiro Bichara

22/10/2024 11:28 - Adla Micheline de Sousa Oliveira

Selo digital de segurança: 2024-ECGD-YLRX-GMUH-YSTS

articulação entre os serviços foi novamente abordada. Neste encontro, contudo, deu-se mais ênfase à possível necessidade de revisão do pacto federativo no que diz respeito às responsabilidades dos entes e da relação entre eles no que diz respeito ao emprego de recursos financeiros, técnicos ou humanos para enfrentar a complexidade do problema da violência contra crianças e adolescentes; a necessidade da formação continuada, sobretudo para capacitar os conselheiros tutelares e profissionais da educação em todo o país, garantindo um padrão mínimo de atendimento e proteção. Novamente, o modelo de eleições dos conselheiros tutelares também foi discutido como um ponto de atenção a ser considerado; o desenvolvimento de um sistema de notificação unificado em âmbito nacional, que facilite o fluxo de informações entre as escolas, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades de proteção, agilizando o processo de intervenção em casos de violência foi mais uma vez ressaltado.

Dia 6/9, às 10h: reunião em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- Deputada Daiana Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados
- Marina Dermman, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Carlos David Carneiro Bichara, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
- Adla Micheline de Sousa Oliveira, Assessora Jurídica da CDHMIR
- Enrico, procurador da República – MPF
- Vereadora Abigail, procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Porto Alegre
- Ana Affonso, presidente do PT/RS
- Gisane, Defensora Pública
- Vitória, representante a União Brasileira de Mulheres (UBM)

A reunião fez parte de um conjunto de reuniões preparatórias para uma incidência do Conselho Nacional de Direitos Humanos no tema, que, entre outros produtos, desenvolverá um relatório acerca da situação brasileira neste âmbito. Nesse sentido, o papel da CDHMIR, por meio de sua presidenta, foi de acompanhar e apoiar a agenda, além de colher informações e também dar informes sobre iniciativas de outros órgãos da Câmara no tema, como as desenvolvidas pela Secretaria da Mulher. As participantes realizaram, de maneira geral, uma ampla análise de conjuntura sobre o tema, destacando a violência institucional, a discriminação de gênero, a violência política e fenômenos interconectados que continuam a desestimular as mulheres a ocuparem espaços de poder e decisão. Estes desafios não apenas limitam a representatividade feminina nos cargos públicos, mas também reforçam desigualdades históricas, perpetuando um ambiente hostil à inclusão das mulheres na política. Foram discutidas possíveis medidas legislativas de mobilização, educacionais e outras a serem tomadas, bem como pesquisas, observatórios e iniciativas análogas em curso. Todas elas instruirão, segundo a Presidenta do CNDH, Marina Dermman, o relatório e a resolução posterior do Conselho, que proporrá diretrizes para prevenir e combater a violência de gênero em diversas instituições, especialmente em espaços de poder e representação. A CDHMIR, segundo sua presidenta, acompanhará e apoiará com atenção esse processo.



Documento assinado por:

16/10/2024 18:37 - Carlos David Carneiro Bichara

22/10/2024 11:28 - Adla Micheline de Sousa Oliveira

Selo digital de segurança: 2024-ECGD-YLRX-GMUH-YSTS

Brasília, 9 de setembro de 2024.

Adla Micheline de Sousa Oliveira
Assessora Jurídica da CDHMIR

Carlos David Carneiro Bichara
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados



Documento assinado por:

16/10/2024 18:37 - Carlos David Carneiro Bichara

22/10/2024 11:28 - Adla Micheline de Sousa Oliveira

Selo digital de segurança: 2024-ECGD-YLRX-GMUH-YSTS